

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIZ CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTIANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Presente de grego na conta de luz



Preocupado com sua popularidade, Lula decide baixar o preço da energia na marra, mas a conta dessa demagogia deve ficar salgada para os consumidores no futuro

O presidente Lula da Silva decidiu baixar a conta de luz dos brasileiros na marra. Inspirado por sua criatura, Dilma Rousseff, que praticamente quebrou o setor elétrico quando forçou a redução do preço da energia elétrica entre 2012 e 2013, Lula recorrerá a uma gambiarra – não há outra palavra – para aliviar um pouco os orçamentos familiares, preocupado que está com a queda de sua popularidade.

Por meio de medida provisória, o governo vai pegar dinheiro empresta-

do para pagar o crédito tomado pelas distribuidoras de energia em nome dos consumidores para suportar tanto a pandemia de covid-19 como a grande seca que reduziu os reservatórios de água em 2021 e 2022. Esse passivo está embutido na conta de luz.

Na manobra, o governo vai securitizar R\$ 20 bilhões que tem a receber da Eletrobras nas próximas duas décadas como parte do processo de privatização. Ou seja, o governo estará, na prática, antecipando esse recebimento por meio da emissão de títulos, pagando juros por isso.

Nas contas do governo, tudo isso resultará numa redução de até 5% nas contas de luz – eis a tal boa notícia que Lula persegue para apaziguar eleitores zangados com a falta de rumo de seu terceiro mandato.

Mas se trata de um presente de grego. O governo escolheu deixar de receber o dinheiro da Eletrobras no futuro para bancar uma bondade fugaz no presente. O problema é que o futuro um dia chega – momento em que esses recursos, já consumidos para angariar uns votos para Lula, farão falta, pois se destinam justamente a impedir a alta da tarifa. Logo, salvo uma nova gambiarra, a conta de luz, pouco depois da presumível queda, vai subir.

Foi exatamente o que aconteceu depois da infame Medida Provisória 579, baixada em 2012 pela então presidente Dilma Rousseff para fazer a conta de luz recuar prometidos 20%. Houve mesmo uma redução (em torno de 16%), resultado da pressão do governo sobre as distribuidoras para que aceitassem reduzir tarifas, deixando de receber por investimentos feitos, em troca da prorrogação das concessões. No entanto, em pouco tempo os custos para essas empresas dispararam, e esse rombo foi financiado nos anos seguintes pelos consumidores – uma auditoria do Tribunal de Contas da União feita em 2014 alertou que a redução tarifária de 2013 já estaria ultrapassada em 2015, ano em que o reajuste médio, de fato, foi superior a 50%. E o setor elétrico nunca mais se recuperou desse baque.

Mas uma das especialidades do PT é repetir erros na esperança de que os

resultados sejam diferentes. Além da antecipação de recursos da Eletrobras, a medida provisória assinada agora por Lula prolonga por 36 meses os bilionários subsídios à geração de energia renovável. Se estivesse realmente interessado em baratear de forma estrutural as tarifas de energia, o governo enfrentaria os lobbies que conseguem manter esses penduricalhos que tanto encarecem a conta de luz e que nada têm a ver com o consumo de energia elétrica.

Hoje, o fornecimento de eletricidade corresponde a algo perto de 60% da tarifa. O restante é relativo a impostos e encargos usados para custear os subsídios distribuídos pelo governo que vão desde o combustível para usinas térmicas até setores econômicos considerados estratégicos. O que não falta é jabuti pendurado nessa árvore.

O fato é que a conta de luz se tornou uma fonte descontrolada de recursos para sustentar subsídios ao setor elétrico que deveriam estar no Orçamento, submetidos ao escrutínio público. Não é por acaso que essa prática nefasta começou no governo Dilma, que passou ao consumidor a fatura de sua insanidade.

Não há razão para acreditar que agora será diferente, mas isso não tem a menor importância para o lulopetismo. Nos cálculos dessa turma, o barateamento da redução da conta de luz, como efeito da medida provisória ora assinada por Lula, pode ter efeitos positivos até 2026 – ano em que provavelmente o presidente buscará mais uma reeleição. É essa a única conta que importa para Lula. ●

Derrota dos liberticidas

Ao aprovar a permanência de Brazão na cadeia, a Câmara reforçou a linha divisória que separa legítimas críticas ao STF dos ardis para deslegitimar a Corte e minar a democracia

Os liberticidas perderam uma importante batalha em sua cruzada para deslegitimar o Supremo Tribunal Federal (STF) e, desse modo, degradar a qualidade da democracia no Brasil.

A bem do melhor interesse público, a Câmara dos Deputados aprovou a manutenção da prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), acusada pela Polícia Federal (PF) de ser um dos mandantes do assassinato de Marielle Franco. Não era desprezível o risco de que fosse bem-sucedida a tentativa dos bolsonaristas – de mãos dadas com os corporativistas da Casa – de instrumentalizar o caso envolvendo a morte da vereadora carioca para “dar um recado” ao STF, em particular ao ministro Alexandre de Moraes, a pre-

texto de defender as prerrogativas dos parlamentares.

Não é de hoje que esses inimigos da democracia se comportam como se travassem uma guerra particular contra o STF. Assim tem sido por obediência à tática adotada por dez entre dez populistas autoritários, qual seja, começar seus ataques contra o Estado Democrático de Direito pela via da subjugação ou cooptação do Poder Judiciário, e pelo fato de o STF ter sido um intransponível anteparo às estocadas golpistas de Jair Bolsonaro nos últimos anos. Tanto é assim que houve bolsonaristas que não se acanharam nem sequer para propalar o fechamento da Corte e a prisão de alguns de seus ministros, Moraes à frente.

A prisão de Chiquinho Brazão não significou violação das prerrogativas

dos deputados, como bem decidiu a Câmara. Seguindo a Constituição, os pares de Brazão analisaram e ao fim cancelaram os fundamentos da decisão de Moraes, que, atendendo a um pedido da PF, expediu os mandados de prisão preventiva contra o deputado, seu irmão, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense. O estado de flagrância foi reconhecido pela série de ações e omissões dos suspeitos para obstar o deslinde do assassinato. Ademais, por envolver a acusação de pertencimento a “organização criminosa”, ficou caracterizado o crime inafiançável de que trata o art. 53, parágrafo 2.º, da Constituição.

O placar da votação final no plenário da Casa – 277 votos a favor, 129 contrários e 28 abstenções – transmite a ideia, não de todo desarrazoada, de que interesses os mais diversos estavam em jogo além do destino penitenciário de um deputado federal. Por si só, a brutalidade do crime e a consistência dos indícios de autoria e materialidade que recaem sobre Chiquinho Brazão e os outros dois suspeitos – para além do fato de a vítima ter sido uma parlamentar em pleno exercício de mandato, como todos naquele plenário – idealmente deveriam unir a Câmara em torno de uma defesa inequívoca dos direitos humanos e da democracia

representativa. Não sendo possível essa concertação civilizatória, chegou-se a um resultado que, ao fim e ao cabo, ao menos preservou a Casa de um vexame, pois seria escandaloso mandar soltar o deputado Brazão à luz de tudo o que já se sabe até agora pelas investigações da PF.

Além desse resultado, outro mérito da decisão da Câmara de manter Chiquinho Brazão na cadeia foi evidenciar ao País que há limites para essa ofensiva bolsonarista contra o STF. Essa linha divisória, a bem da verdade, já havia sido traçada quando da prisão do ex-deputado Daniel Silveira, um dos mais notórios camisas pardas do bolsonarismo. A votação do dia 10 passado só reforçou uma distinção que precisa ficar muito clara para a maioria da sociedade que carrega no coração os valores democráticos.

O STF não apenas pode, como deve ser criticado por suas decisões e comportamentos de seus ministros – alguns, no limite, incompatíveis com a magistratura. Razões não faltam para reparos, desde a vaidade de ministros que, como os siriris, não vivem longe do calor dos holofotes até o pouco-caso que a Corte faz com sua própria jurisprudência. O busilis são as intenções subjacentes às críticas. Genuínos democratas criticam o STF para aprimorar a democracia; golpistas irresignados, para subvertê-la. ●